



FORESTIS NA VANGUARDA DA INOVAÇÃO & GESTÃO



INEGÁVEL o crescente interesse da sociedade portuguesa pelas questões relativas à floresta que, a fazer fé nas numerosas iniciativas e tomadas de posição, ocorridas ao longo do ano e um pouco por todo o país, vai muito para além da justificada expectativa face à possível tragédia dos incêndios florestais, de modo especial, em Verões quentes como o que se anuncia. Uma atenção avivada quase diariamente pelas estranhas alterações do clima que se vão sentindo e pela notícia de calamidades, ocorridas, por enquanto, noutros pontos do Planeta.

E a nossa floresta que ao longo dos séculos quase sempre foi maltratada e tantas vezes dizimada na voragem insaciável dos incêndios, surge agora renascida aos olhos dos cidadãos como um recurso vital para a sobrevivência da humanidade, por via dos enormes benefícios ambientais, económicos e sociais que proporciona.

Pois bem, toda essa atenção e interesse da sociedade civil, mormente por parte das suas organizações mais militantes e representativas, são indiscutivelmente positivos e promissores, porquanto representam de efectiva mudança de mentalidades e comportamentos face a um património colectivo de valor incalculável. E sê-lo-ão tanto mais se entenderem que nesta cena do desenvolvimento sustentável da floresta, cada actor tem o seu papel, mas os protagonistas terão de ser os proprietários florestais e as suas organizações. Que, afinal de contas, sempre cuidaram dela como puderam!

Na sua grande maioria entregues a si próprios, revelando persistentemente o que a marca trágica dos incêndios num ápice deixa a nu. Ou seja, a reduzida eficácia das sucessivas promessas e medidas, anunciadas com pompa e circunstância, pelos sucessivos governos das últimas décadas. E, mais do que tudo isso, o abandono do mundo rural e da floresta, como consequência do modelo de desenvolvimento que vem sendo seguido, há mais de trinta anos, apostado na litoralização do país, no asfalto de extensas rodovias e no betão de grandiosas obras públicas.

Portugal é, assim, um país curioso que se diz de vocação florestal e reclama uma floresta cuidada e ordenada, mas nesta senda esquece-se do apoio aos seus principais obreiros – os proprietários florestais.

Luís Vieira

FICHA TÉCNICA

IMPRESA JORNAIS
DOSSIÊ ESPECIAL AGRIOUS

GABINETE EDITORIAL:

Luís Vieira (Direcção Editorial) luisvieira@sapo.pt
Luís Martins (Grafismo) lmartins@edimpresa.pt

PUBLICIDADE/VENDAS:

Paulo Pereira da Silva (Dir. Comercial)
João Santana (Direcção) jsantana@mail.expresso.pt
José Valverde (Comercial) 214 544 045 / jvalverde@mail.expresso.pt

REDACÇÃO E PUBLICIDADE:

Edifício S. Francisco de Sales - Rua Calvet de Magalhães, 242
2770-022 Paço d'Arcos
Tel.: 21 454 4000 - Fax: 21 443 53 12

TRATAMENTO DE IMAGEM, PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
CONTROLO DE QUALIDADE E PRÉ-PRESS: Edimpresa

IMPRESSÃO: Lisgráfica



Transformar resíduos das florestas em energia.
É nesta área que estamos a conseguir resultados brilhantes.

Na EGF, tratamos e valorizamos adequadamente os resíduos florestais, transformando-os em energia limpa e renovável.

Melhorar a qualidade de vida também passa pela criação de formas de energia limpas e renováveis. Por isso empenhamo-nos no tratamento e valorização adequada dos resíduos transformando-os em recursos. **E é também nesta área que estamos a conseguir resultados brilhantes.**



Prof. Carvalho Guerra, presidente da Forestis

O associativismo é essencial



Como é que um homem de ciência, encontra tempo para presidir à Forestis - Associação Florestal de Portugal. Onde foi encontrar disponibilidade dentro das múltiplas actividades que tem?

Prof. Carvalho Guerra – Enquanto presidente do Conselho para a Cooperação Ensino Superior-Empresa, nomeado pelo Prof. Cavaco Silva, quando era Primeiro Ministro, que tinha em vista ligar as universidades e as empresas, escolhi cinco áreas de actividade. Uma delas foi a própria universidade e publiquei o Livro Verde das Universidades, a que se seguiu o da construção civil. O terceiro Livro Verde foi o das Florestas. Um trabalho que foi coordenado pelo Eng. Moreira da Silva e levado a cabo por mim, pelo Dr. Américo Mendes e pelo Dr. António Melo da Comissão Coordenadora da Região Norte, onde entre outros, se propôs a criação do Fundo Florestal Permanente.

Percebendo, neste trabalho, o que a floresta representa na economia, no ambiente e no ordenamento do território, acho que, precisamente, por ser um homem de ciência universitário, não poderia dizer que não ao convite para presidir à Forestis.

Como vê o associativismo florestal português?

CG. – Em primeiro lugar, numa floresta com as características familiares como a nossa e o perfil socio-económico do proprietário o associativismo é essencial. Um associativismo que não se esgote na representação de interesses dos proprietários mas que ajude a criar condições para que estes façam a gestão profissional das suas parcelas e retirem daí benefícios. Isto requer muito investimento, em tempo e dinheiro; e uma boa articulação e colaboração entre privados e a administra-

ção pública para a resolução de problemas estruturais, como é o caso do cadastro, que deveria há muito ter sido resolvido pela Tutela e que actualmente as associações podem ajudar a solucionar. É curioso que não admitamos um país sem auto-estradas mas encaramos com normalidade a ausência de cadastro que é crucial para um desenvolvimento mais rápido do sector.

Voltando ao associativismo as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) estão a demonstrar que num quadro de referência e com o apoio das associações o proprietário estão dispostos a darem os meios para fazer uma gestão responsável.

Para levar adiante esta difícil missão é importante que as associações sejam estruturas sólidas, transparentes e com estratégias claras para as suas regiões. É isto que a Forestis aposta, como federação de associações, o objectivo é ajudar e servir as associações sub-regionais para que estas sirvam também os seus associados.

Quando as pessoas se associam, tendo em vista um objectivo comum, e o fazem de forma eficiente e honesta e, se ainda por cima, põem nas costas um bocadinho de paixão, há uma diferença enorme nos resultados. É o associativismo é isso.

Quais as lareiras prioritárias a que o associativismo deveria meter ombros, nesta fase do seu desenvolvimento?

CG. – Uma das prioridades é a certificação da gestão florestal sustentável na medida em que este processo pode alavancar processos de organização e o aumento da produtividade florestal nos cerca de 1 milhão e 300 mil ha da área de intervenção das nossas associadas. A prevenção dos incêndios integrada numa lógica de gestão onde a

silvicultura preventiva e a formação dos sapadores florestais tem um lugar central. Persistir no investimento vocacionado para o combate aos incêndios é um equívoco. Devemos, sim, diminuir o risco estrutural de incêndio e isso faz-se através da gestão de combustíveis e de sapadores superiormente formados. Temos como ambição ter um perfil profissional próprio e formação adequada para os 270 sapadores que trabalham nas filiais da Forestis.

Mas o grande desafio das associações é viabilizar economicamente a floresta dos seus associados, para isso precisamos de escala que consigamos através das ZIF.

Temos a responsabilidade de inovar e criar valor porque é essa valorização que dá sustentabilidade à floresta. Uma coisa é certa, é preciso mais do que as 25 filiais tradicionais. Precisamos de valorizar todos os bens que a floresta produz e trazer para a floresta novas produções de forma a remunerar os proprietários, no curto prazo, e assim financiar as produções lenhosas de retorno mais dilatado.

Porém, sabemos pela experiência que temos de trabalho com dezenas de associações, as estratégias para alcançar estes objectivos diferem conforme a associação e o tipo de floresta que gerem.

Neste sentido, a Forestis propôs à Tutela contratos programa com duração de 5 anos em que seriam as próprias organizações a proporem a sua estratégia e objectivos. Contratualmente, a organização estaria obrigada a reportar anualmente e ao 3º e 5º anos as actividades seriam avaliadas e auditadas. Nestes dois momentos houve penalizações, para quem não cumprisse os objectivos ou quem não tivesse feito a boa gestão dos financiamentos públicos, que poderiam ter carácter definitivo.

Contudo, por enquanto, temos um PDR e

um programa do FFP que não são satisfatórios para os objectivos que temos proposto, um dos exemplos mais flagrantes no PDR é o de não contemplar os serviços de aconselhamento florestal, críticos para o trabalho das associações, e no FFP é inviabilizarem o apoio à representatividade às Associações que trabalham no minifúndio ao mesmo tempo que se financia a criação de novas associações através do mesmo instrumento.

Qual a estratégia de trabalho da Forestis?

CG. – A Forestis sabe que não consegue resolver, por si, os problemas da floresta portuguesa pois eles são enormes. Por isso lançamos pontes para todas as entidades que posicionando-se de uma forma séria nos podem ajudar a desenvolver a floresta. Em Portugal, temos colaborado com universidades, trabalhamos com parceiros industriais, como por exemplo o Grupo Portugal Support para as questões da certificação ou o agrupamento Miese para o aproveitamento da biomassa, temos parcerias com a DGRF para a formação. Debatesmos temas como o cooperativismo e o associativismo ou a gestão dos baldios com federações congéneres, com excelentes resultados. Internacionalmente, participamos em redes de cooperação, com países do sul e norte da Europa e até alguns Países de leste e desenvolvemos projectos internacionais em áreas tão diversas como a energia, a certificação, carbono ou os riscos naturais. Esta presença internacional é de enorme importância para a criação de massa crítica ao nível interno. Recentemente, criamos um Conselho Superior para nos aconselhar na definição grandes linhas estratégicas do médio e longo prazo.

Resumindo, a estratégia da Forestis passa pela actuação em rede onde a parceria ocupa um lugar central.

LV



1º Reunião do Conselho Superior da Forestis

Forestis 15 anos a crescer com a floresta



Forestis planeia estratégia com Conselho Superior



Membros do Conselho Superior da Forestis

A Forestis - Associação Florestal de Portugal, fundada em 1992, é uma entidade sem fins lucrativos, que associa organizações florestais de âmbito sub-regional e cuja missão é promover o "Associativismo, a Gestão e a Defesa da Floresta". A dinâmica organizacional da Forestis faz desta instituição, mais do que uma federação de organizações florestais, um Movimento Associativo cívico que se mobiliza em prol do desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios onde a floresta assume uma expressão significativa. A actividade desenvolvida proporciona-lhe, em 1998, o reconhecimento como Entidade de Utilidade Pública e de Organização Não Governamental Ambiental equiparada (2001).

São vários os contributos que a Forestis

tem dado ao sector em domínios como a formação profissional, os sistemas de informação geográfica aplicados à gestão, desenvolvimento de técnicas e metodologias de planeamento da defesa da floresta contra incêndios, a educação ambiental. Mais recentemente a atenção centra-se nos aspectos económicos para a viabilização da exploração florestal, a promoção da diversificação dos produtos, a certificação da gestão, o desenvolvimento de modelos de negócio ligados à biomassa florestal, e projectos de sumidouro de carbono incidindo prioritariamente em Zonas de Intervenção Florestal e Baldios. Dentro desta lógica equaciona um relacionamento com os fundos imobiliários.

A Forestis assenta a sua estratégia e decisões num diálogo aberto e regular com as

associações filiadas, tendo institucionalizados órgãos como, o Concelho de Direcções, em que são debatidas as questões mais relevantes para este movimento associativo. Foi neste órgão, por exemplo, que se tomaram em 2006 decisões que tornaram possível que a DGRF alterasse a forma do protocolo de sapadores florestais evitando prejuízos maiores para as Associações Florestais.

Contudo, não deixa de, com a mesma assiduidade, interpelar outros representantes da sociedade que podem contribuir para a construção de soluções de desenvolvimento para floresta portuguesa e para a resolução de alguns dos seus problemas estruturais. Por esta razão a Forestis criou, em Julho, o seu Conselho Superior, de que fazem parte 15 individualidades de vários espectros da sociedade portuguesa desde o mundo empresarial e da economia, às autarquias e administração pública passando pela academia e silvicultura.

Pelas opiniões emitidas, na primeira reunião deste Conselho, adivinha-se que o órgão não será apenas importante para a Forestis como vai certamente ser muito útil a todo o sector florestal.



Associações promovem investimento e a gestão em Baldios

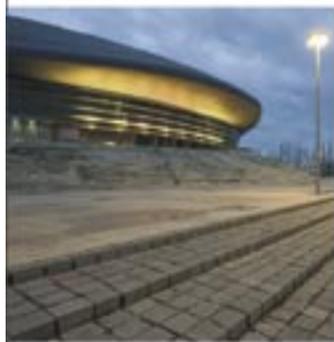
A Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho, constituída em 1996, com o objectivo de uma melhor gestão e defesa da floresta dos concelhos da sua área de intervenção (Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira). Neste espaço cerca de 30% da floresta é de proprietários e 70% são áreas comunitárias Baldios. Assim, apesar de 85% dos associados serem privados, relativamente à área associada mais de 90% é comunitária. Os investimentos já realizados em áreas Baldias ultrapassam os 3 milhões de euros e actualmente a APFVM presta apoio a mais de 25.000 hectares de Baldios.



Conselho de Direcções da Forestis, na presença do Ministro da Agricultura



SOMOS A OBRA QUE FAZEMOS



Prof. Américo Mendes, sobre o Fundo Florestal Permanente

É um escândalo a repartição das verbas

Estamos já em plena época estival que, nos últimos anos, tem sido marcada pela tragédia dos incêndios florestais. Como professor e investigador, dedicado aos problemas da floresta, e na qualidade de presidente de uma das associações de produtores, que mais o preocupa, este ano?

Américo Mendes – O que mais preocupa este ano é o que me preocupava nos anos anteriores e que, espero, me preocupe cada vez menos no futuro. Estou a falar do facto de que, apesar de alguns sinais positivos quanto ao interesse dedicado ao associativismo dos proprietários florestais, a verdade é que esse interesse ainda não se concretizou adequadamente em termos dos meios que são necessários para que este tipo de organizações progridam. Portanto, há ainda muito, a afirmação de boas vontades mas falta passar a actos concretos.

Sem isso será muito difícil reduzirmos o grave problema dos incêndios, porque não é cada proprietário agindo individualmente que o vai conseguir fazer.

As entidades oficiais, e as várias corporações de combate aos incêndios florestais têm vindo, ao longo dos anos, a proceder a reestruturações diversas e a lançar sucessivos planos estratégicos de defesa da floresta. As medidas, ultimamente, anunciadas deixam-no mais tranquilo?

A.M. – Essas entidades são todas muito importantes no combate a este problema. Têm vindo a ser dados alguns passos positivos no sentido de melhorar a eficácia de cada uma e a coordenação entre elas.

No entanto, parece-me que a questão central é a ilusão de que se podem resolver os principais problemas do nosso sector florestal através de outras entidades que não os próprios produtores florestais devidamente organizados.

Em Portugal Continental 93.4 % da área florestal é privada não comunitária, 5.4% é área baldia e só 1.2% por cento é pertença do Estado. Portanto, deve caber essencialmente aos produtores florestais privados a responsabilidade para resolver esses problemas. No entanto, para isso precisam de muita ajuda do resto da sociedade, ajuda essa que não pode ser que alguém se substitua àquilo que eles podem e devem fazer. Ora vejo, aqui e ali, sinais de que há entidades que julgam que se podem substituir aos produtores florestais, em vez de se porem na postura de os ajudar a fazerem o que lhes compete.

Nem sempre será fácil aliar a actividade de investigação e docência ao trabalho no terreno com os produtores florestais. Esta sua opção é uma forma expedita de testar as teorias que ensina na Universidade ou aponta para outros objectivos?

A.M. – As vidas académica e associativa são algo em que já ando há bastante tempo, ainda antes de me ter envolvido no associativismo florestal. É uma forma dar o meu contributo para questões de cidadania. Acho que os problemas do sector são deste género



Doutorado em Economia nos E.U.A e professor na Universidade Católica, no Porto, Américo Mendes é dirigente associativo e investigador na área da economia e da política florestal. Desde Janeiro de 2006, faz também parte do Comité Científico do European Forest Institute, a maior rede de investigação florestal a nível europeu.

porque dizem respeito a todos, quer sejam proprietários florestais, ou não.

O Sr. Professor foi pioneiro em Portugal no lançamento de uma nova abordagem da multifuncionalidade da floresta, ou seja, arriscou-se a quantificar os serviços ambientais prestados pela floresta. Na prática, como poderá funcionar o sistema?

A.M. – O que fiz foi uma estimativa do valor económico desses serviços para os quais ainda não existe ou poderá nunca chegar a existir um mercado, mas que, nem por isso, deixam de constituir um benefício para a sociedade. O valor a que cheguei, por defeito, anda à volta de 180 milhões de euros, por ano.

Uma estimativa deste género é importante porque permite basear, com algum rigor, o que devem ser as transferências de recursos financeiros do conjunto da sociedade para os produtores florestais para pagar esses serviços, quando esses produtores se organizarem para melhorar a quantidade e a qualidade dos mesmos, o que nos faz voltar à questão do associativismo. Por isso, os destinatários principais desses recursos deveriam ser as organizações de produtores florestais.

Na prática, como poderia operar-se essa transferência de recursos financeiros?

A.M. – Portugal já tem um mecanismo para o efeito que é o Fundo Florestal Permanente, instituído pela Lei de Bases da Política Florestal de 1996, mas só implementado depois dos grandes incêndios de 2003.

A questão principal que aqui se coloca agora não tem que ver com o montante da sua dotação financeira que é da ordem dos 30 milhões de euros por ano, ou seja, cerca de um sexto do valor que estimei para os serviços ambientais da floresta do Continente. O problema crucial é que os seus destinatários directos principais, infelizmente, não estão a ser os proprietários florestais e as suas organizações.

Então, quem está a beneficiar?

A.M. – Os destinatários directos principais são entidades públicas, sobretudo os municípios. Não quero dizer que os municípios não devam ser um parceiro fundamental na defesa da floresta e que não precisem de meios reforçados para o fazerem. O que acho é que esses meios lhes devem ser proporcionados no quadro financeiro que lhes é próprio regulado pela Lei das Finanças Locais e não retirados do Fundo Florestal Permanente.

O que está no espírito da lei que instituiu este fundo, e o que se impõe num país onde a floresta privada tem o peso enorme que já referi, é que os

seus recursos financeiros do Fundo sirvam, essencialmente, para compensar os produtores florestais privados que se organizem para melhorar a gestão da sua floresta.

Foram publicadas há dias as normas que vão regular a distribuição das verbas do Fundo, para este ano e para 2008. É um escândalo verificar que a maior parte delas se destina a entidades públicas, repetindo-se um erro que já dura há muitos anos na nossa política florestal.

Não podia deixar de perguntar como Presidente da Associação Florestal do Vale do Sousa. Como se sente com a aprovação da 1ª ZIF dessa associação e da Região Norte?

A.M. – Muito contente. Muito agradecido à equipa técnica que a AFVS tem a felicidade de ter. Esta ZIF é o resultado de um trabalho associativo de base que tem 10 anos e que criou as condições para hoje traçar objectivos mais ambiciosos. A estratégia correcta é começar pelos alicerces sempre ao lado dos proprietários. Esta foi a primeira mas temos mais em desenvolvimento porque os associados acreditam no trabalho desenvolvido e trabalham em conjunto com a associação.

Entrevista de Luís Vieira

Joaquim Jordão, presidente da APFCAN

ZIF será ponto de viragem

Os incêndios florestais são o maior flagelo que a floresta portuguesa enfrenta: Quais as acções que a associação desenvolve nesta área?

Eng. Joaquim Jordão - Actualmente através do projecto FORGEST, temos em execução um plano de defesa da floresta contra incêndios em que fazemos limpeza de matos em faixas em áreas que consideramos estratégicas. Dos 893 hectares previstos no projecto 629 ha já foram executados. No âmbito normal das actividades temos uma equipa de sapadores florestais devidamente equipada que no Inverno executa acções de silvicult-

da gestão florestal na Região para obtermos maior quantidade e qualidade do lenho, e assim conseguirmos melhor remuneração pela madeira que produzimos.

Acompanhamos várias intervenções florestais, induzimos a adopção das normas de silvicultura mais aconselhadas para cada espécie, estabelecendo planos de gestão florestal rigorosos privilegiando as espécies e indivíduos melhor adaptados.

Nesta matéria, a implementação da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Alcobaca e Nazaré Norte será um ponto de viragem. Com uma área de

quer dos direitos como proprietário.

Qual a dinâmica da associação em relação ao estabelecimento de parcerias com entidades locais e outras que desempenham igualmente actuação no território, nomeadamente no espaço florestal?

J.J. - A APFCAN conta hoje com 120 sócios, que detêm mais de 3.500 hectares. Para a defesa dos seus direitos e interesses temos que adoptar uma postura de parceria com todas as entidades, que trabalham neste sector. São as sinergias de todas as entidades que dão a mais valia ao nosso trabalho, como será o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e Confraria da Nossa Senhora da Nazaré (CNSN) ou dos Municípios, com quem colaboramos através das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios florestais (de Alcobaca, Nazaré e Marinha Grande), onde representamos os produtores nos assuntos relativos à floresta e sua defesa. Para o desenvolvimento do uso de Fogo Controlado em solos arenosos/ suas consequências em povoamentos, temos uma parceria com CNSN e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Estamos ainda a iniciar um processo de colaboração com a DGRF para a gestão da Mata Nacional do Valado de Frades e recentemente, em conjunto com organizações similares, fundamos a Associação da Fileira Florestal da Região do Oeste que visa a Certificação Regional.

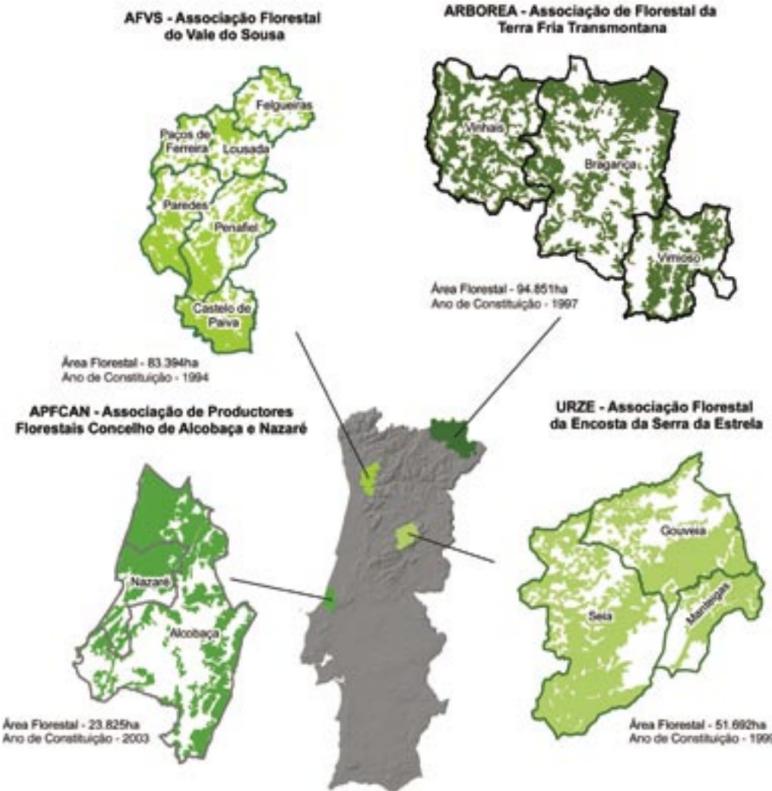
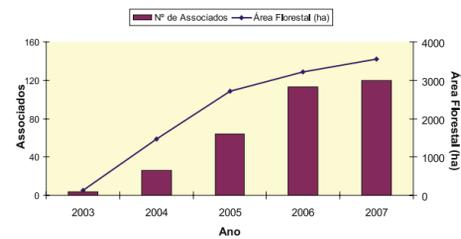
8.608 hectares, esta ZIF será um importante passo no ordenamento e gestão desta grande mancha florestal, tendo a APFCAN como objectivo a certificação florestal de toda esta área. Um proprietário que tenha propriedades nesta zona poderá aderir à ZIF, passando assim a fazer parte de "uma grande propriedade" que terá um Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o seu Plano de Gestão próprio, e uma garantia de assistência técnica sem perder qual-

tura preventiva e durante o "período crítico de incêndios" está integrada no dispositivo nacional de prevenção e combate dentro do qual fazem vigilância e primeira intervenção. A sensibilização também faz parte das nossas preocupações, este ano, realizamos acções em 25 escolas abrangendo 500 crianças. Na Semana Florestal e no dia Mundial da Floresta através da preciosa colaboração dos municípios de Alcobaca e Nazaré, e da Confraria da Nossa Senhora da Nazaré contactamos mais de 1.000 crianças.

A produção florestal é uma das prioridades desta região. Que medidas têm vindo a ser implementadas, junto dos seus associados, para responder a estes desafios?

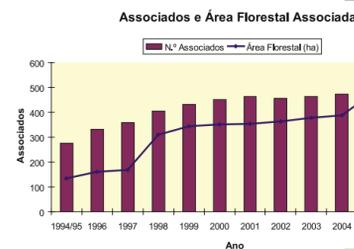
J.J. - A prioridade vai para a extensão florestal, os técnicos, apoiam diariamente os produtores florestais com um objectivo: aumentar a qualidade

Associados e Área Florestal Associada



ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO VALE DO SOUSA-AFVS Primeira Zona de Intervenção Florestal (ZIF) na região Norte constituída de 7.223 hectares

A AFVS nasce em 1994 e é a primeira associação sub-regional criada no âmbito do movimento de fomento do associativismo florestal desencadeado com a criação da FORESTIS. A prioridade da AFVS foi sempre a constituição de agrupamentos de proprietários para gestão florestal conjunta (as ZIF dos anos 90). Em 2005, com um enquadramento legal bem mais favorável a associação empenhou-se na constituição das ZIF tendo como meta até 2010 englobar, sob esta forma de gestão, toda a mancha florestal contínua da sua área social. A primeira etapa foi já atingida com a publicação da Portaria n.º 787 de 20 de Julho de 2007, que constitui legalmente a ZIF de Entre Douro e Sousa a primeira da Região Norte. Trata-se do início do maior desafio da AFVS mas também da Região, pois o desenvolvimento da floresta do Vale do Sousa depende em grande medida do sucesso desta ZIF.



Nome	Área	Nº de Alinhamentos	Estado
ZIF de São	7.223	191	Constituída a 20 de Junho 07
ZIF de São	7.223	191	Em processo de audição final
ZIF de São	7.223	191	Em processo de consulta pública
ZIF de São	7.223	191	Núcleo fundador em constituição

Rui Xavier, coordenador técnico da URZE

Criar uma cultura florestal

A estratégia da URZE tem sido a dinamização de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Quais os motivos e que constrangimentos têm vindo a enfrentar? Como vêm no futuro o funcionamento das ZIF?

Eng. Rui Xavier - Em 2003, ainda antes da regulamentação das ZIF, a URZE - Assoc. Florestal da Encosta da Serra da Estrela já trabalhava com um conceito similar - as Unidades de

revelar-se um foco de receio por parte dos proprietários florestais.

A Portaria nº 456/2006 apontava financiamentos para as ZIF's na ordem dos 100%. Agora estamos a um passo de constituir ZIF's na nossa região e os financiamentos?

Preocupa-nos também a ausência de cadastro das propriedades que possibilite a identificação dos proprietários e a situação dos proprietários não aderentes à ZIF. Apesar das dificuldades acreditamos no ideal do projecto e confiamos que os financiamentos venham ajustados à realidade das ZIF's e da região.

Qual tem sido a vossa actividade e que meios dispõe a Associação?

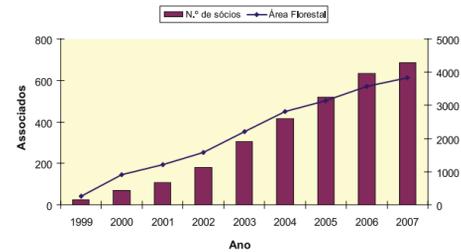
R.X. - A URZE conta com uma equipa composta por Eng. Florestais, Eng. Ordenamento do Território, Eng. do Ambiente, administrativa, quinze sapadores florestais e gere uma empresa de inserção social.

Em termos de actividade o aumento da informação e a sensibilização dos proprietários e da população para as questões florestais é condição básica para partir para as outras actividades mais ligadas ao investimento e gestão. Por isso realizamos muitas sessões públicas onde abordamos a legislação florestal, financiamentos, prevenção de incêndios. A realização de jornadas técnicas tem sido outra das apostas da URZE na perspectiva de aumentar a cultura florestal e promover a gestão florestal.

Numa sequência lógica e de aprofundamento de conhecimentos empenhamo-nos fortemente na formação profissional dos proprietários com



Associados e Área Florestal Associada



antagónicos. Qual o papel da URZE na defesa dos interesses dos proprietários privados e na compatibilização desses objectivos?

R.X. - Até à data, tem existido espírito de colaboração entre a URZE e o PNSE. Sublinhe-se que quando, a URZE, efectua uma proposta de intervenção numa propriedade inserida no PNSE, tem *ab initio* em linha de conta as condicionantes inerentes às intervenções neste tipo de território.

Em abono da verdade se diga que o bom senso tem imperado na maioria das situações e sempre se conseguiu um ponto de equilíbrio entre os diferentes objectivos para a floresta da nossa área de intervenção. O reconhecimento em 2004 da URZE como ONGA - Organização Não Governamental de Ambiente, constituiu não só como uma legitimação de trabalho realizado, mas também um acréscimo de responsabilidade. Mas o que mais nos preocupa é que os programas de apoio à floresta tenham em conta os espaços florestais onde a produção lenhosa não é central ou exclusiva, que é o caso de muitas das nossas áreas.

Como caracteriza a Urze face à diversidade de actividades que promove?

R.X. - A URZE assume-se como um agente de desenvolvimento local / Regional, que vê a floresta como um elo de ligação entre a ecologia e a economia, na medida em que promove e apoia o desenvolvimento das actividades ligadas à produção, exploração e conservação da floresta de uma forma sustentada.

A área de intervenção da vossa associação está maioritariamente integrada no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), apesar de a propriedade ser quase toda privada. Neste caso podem existir objectivos de gestão diferentes e interesses

ARBOREA Associação Florestal da Terra Fria Transmontana

Entre as actividades da associação destaca-se o trabalho desenvolvido com os produtores de castanha. A ARBOREA, organiza com enorme êxito, anualmente as "Jornadas sobre Castanha e Castanheiro" que reúnem especialistas e empresários nacionais e internacionais em torno deste tema, realizando-se em 2007 a 5ª edição. A formação na área das podas, desramações, enxertias e condução desta espécie para produção de Castanha e Castanheiro, assim como o diagnóstico, prevenção e tratamento das doenças do castanheiro tem estado também nas suas prioridades.

São também vários os projectos de investigação e demonstração em que tem participado dos quais resultaram publicações técnicas sobre várias espécies. O objectivo da ARBOREA é levar associados a adquirirem conhecimento num ambiente de "aprender fazendo" e para isso tem contado com o apoio dos melhores peritos e investigadores ligados ao ensino das ciências silvícolas do país. Dadas as características da região trasmontana, a gestão dos baldios associados, a produção de cogumelos, a gestão e protecção do solo, a recuperação de áreas florestais e a prevenção de incêndios são outras áreas em que a associação tem investido. A observação da mudança das práticas culturais que se tem verificado e que tem proporcionado um aumento da produtividade e da qualidade dos produtos é o factor que esta Associação destaca como resultado da sua actividade.

A Formação como alavanca da competitividade do sector florestal

A performance das organizações está directamente ligada ao desempenho dos seus recursos humanos. Partindo dessa premissa a Forestis criou em 1996 um departamento de formação profissional que nesse ano promoveu cursos, nas áreas de extensão florestal e projectos, para técnicos e formou proprietários florestais nas áreas de gestão e defesa da floresta, incluindo visitas de estudo a França e a Espanha.

No decurso destes 10 anos a Forestis evoluiu e adaptou-se aos novos desafios que o sector lhe foi colocando facto que lhe permite ter uma posição líder na formação profissional florestal. É uma entidade acreditada pelo IQF, assenta a sua formação em Diagnósticos de Necessidades a partir dos quais desenvolve respostas formativas para outros perfis profissionais para além dos referidos, caso dos sapadores florestais ou dirigentes associativos. A qualidade da sua formação é reconhecida directamente pela enorme procura dos cursos mas também pelas entidades gestoras da formação. O plano de Formação da

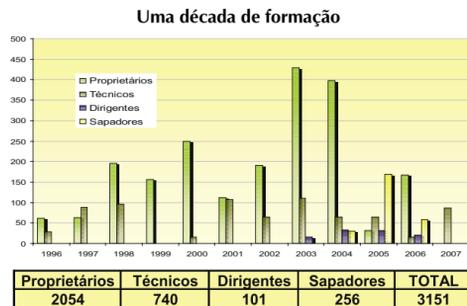
Forestis de 2003 foi eleito Projecto Boas Práticas, no quadro de Projectos apoiados pelo FSE (PO AGRO).

No sentido de aumentar o impacto real da formação a Forestis está a levar a cabo uma Avaliação Externa da Formação onde foram entrevistados pessoalmente 1/4 dos formandos.

A colaboração que a Forestis tem obtido por parte das universidades e de formadores tem sido fundamental para os resultados alcançados.

O Fogo controlado – de técnica recuada a ferramenta essencial

O fogo controlado é uma ferramenta de gestão bastante implantada no terreno mas para chegar a este ponto a Forestis e a



UTAD tiveram que se empenhar fortemente para ressuscitar uma técnica que tinha sido abandonada pelos serviços florestais. A Forestis, venceu todas as dificuldades e resistências que se colocaram ao uso do Fogo Controlado, em Portugal, diligenciando junto da DGRF para conseguir a homologação da técnica (2003) e a respectiva credenciação. A partir daí não tem parado de formar sapadores e técnicos

de Associações, da DGRF, de Municípios, Parques Naturais, Bombeiros etc.

Formar quadros para as novas necessidades do sector – Auditores Certificação

Com a colaboração da UTAD e Universidade Católica-Porto a Forestis já formou três dezenas de Auditores para a Certificação da Gestão Florestal Sustentada (PEFC), criando as bases para a tão necessária certificação gestão florestal. Está também em análise a formação de auditores para o sistema FSC.

Primeira Pós-graduação em Economia e Gestão de Organizações Florestais (OF)

A proximidade da Forestis ao terreno e contacto estreito com as universidades deu origem à 1ª Pós-Graduação em Economia e Gestão para OF. Esta pós-graduação tenta responder a algumas lacunas na formação dos engenheiros nas áreas das ciências agro-florestais e da natureza que exercem ou pretendem vir a exercer actividades com responsabilidades de gestão nestas organizações.

Educação Florestal para a cidadania

Em Portugal onde os espaços florestais ocupam mais de metade do território, os incêndios ou a profusão de lixo na floresta são um sintoma da falta de cultura florestal dos cidadãos. A Forestis aposta na educação florestal para diferentes segmentos da população.

A EF para jovens em idade escolar

No caso dos públicos mais jovens a Forestis desenvolve desde 2001 o programa “Vamos passear na Floresta”. Neste programa foi desenvolvido material pedagógico em que se destacam: um diaporama útil aos professores que queiram dar a conhecer às crianças a floresta, os seus ecossistemas, os bens que gera e os perigos a que está sujeita. Uma brochura que constitui um auxiliar precioso para uma jornada no campo que incentiva à interacção com a natureza e um CD-ROM interativo, em que a personagem “Florestina” mostra a

floresta, os animais, os bens produzidos e as profissões que se exercem na floresta.

Em 2006 criou-se a personagem Eúrico – o protector da floresta, que por enquanto tem um panfleto de apresentação e um pequeno livro onde se incluem os comportamentos seguros e amigos da floresta utilizando jogos que facilitam a comunicação com as crianças.

Dentro de uma nova área a dos riscos naturais a Forestis em colaboração uma instituição de ensino Italiana e um centro do livro em França, acaba de editar a banda desenhada “O Voo do Noé”, onde são abordados os riscos naturais relacionados com o património natural e edificado de entre os quais o risco de incêndio florestal.

Informação e Sensibilização para os cidadãos

Os incêndios de 2003 e 2005 levaram a Forestis criar uma acção mais imediata e tendo em vista a sensibilização de um grupo etário mais amplo desenvolveu a campanha nacional “Imagina-se a Viver num Portugal Assim? – Proteja a Floresta, dê Vida ao Futuro!”

Esta iniciativa destacou-se pela utilização de meios, nunca antes utilizados em campanhas deste tipo (rede de caixas Multibanco, de Mupis



e Outdoors nas principais cidades do País) e pelo discurso directo e objectivo quantificando os danos materiais e humanos e que entretanto tem sido seguido por outras instituições.

Em 2006 a Forestis lançou o desafio à RTP para uma campanha de sensibilização que resultou numa série de spots televisivos, com início em Março, que abordaram a importância económica e ambiental da floresta transmitindo à população aspectos menos conhecidos da floresta portuguesa, como por exemplo o carácter privado da proprie-

dade florestal, as associações florestais ou as acções de gestão e prevenção da floresta contra incêndios. Reconhecendo o mérito da iniciativa o Ministério da Agricultura associou-se, em Julho, à campanha permitindo que esta se estendesse até Setembro.

Em 2007 a Forestis, e as organizações filiadas nesta federação, encontram-se desde Junho a participar na campanha da Direcção Geral dos Recursos Florestais (DGRF) na campanha nacional “Entre o cinza e o verde. Você decide”.

FORMAÇÃO PARA PROFESSORES

Entendemos que as alterações de comportamento estruturais são efectivas pela formação das novas gerações; para isso contamos com o apoio dos professores. Curso de formação “Educação para o desenvolvimento. Sensibilização ambiental e comportamento cívico”

Informações: 222 073 130 ou forestis@mail.telepac.pt



No final do curso os professores terão acesso a material pedagógico para três turmas. Regiões alvo: Minho, Lima, Entre Douro e Vouga, Douro, Vale do Sousa.

Forestis aposta na inovação e desenvolvimento de projectos

Forestis, aposta em projectos com uma forte componente de inovação como forma de antecipar soluções para a floresta portuguesa privilegiando as parcerias internacionais.

No caso do departamento de desenvolvimento e projectos são vários os casos que demonstram esta capacidade de antecipação.



1996 – Carta de Aptidão Florestal

Percebendo a importância da aplicação dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) ao sector florestal a Forestis lançou-se na elaboração da Carta de Aptidão Florestal do Norte de Portugal. Sendo, na altura, um dos primeiros trabalhos efectuados recorrendo às tecnologias SIG, esta ferramenta serve agora para apoiar a decisão de técnicos no planeamento de novas áreas florestais.

2001- Carta de Aptidão Florestal serve de base para a elaboração do PROF de Entre Douro e Minho, processo para o qual a Forestis foi convidada a participar devido à sua vasta experiência na aplicação de SIG a instrumentos de planeamento e ordenamento florestal.

1998 - Cartas de Risco de Incêndio

Para responder às necessidades das organizações florestais, a Forestis elaborou para diversos Concelhos as primeiras cartas de risco de incêndio. Pela primeira vez foi possível caracterizar as zonas de maior ou menor probabilidade de ocorrência de incêndios e da gravidade dos mesmos, facilitando a aplicação de medidas para a diminuição do risco de incêndio.

2006 - Foi instituída legalmente a obrigação de elaborar os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra In-

cêndios, ferramenta que tem por base as cartas de risco de incêndio.

Informação Geográfica – alicerce para decisões de base sectorial e territorial

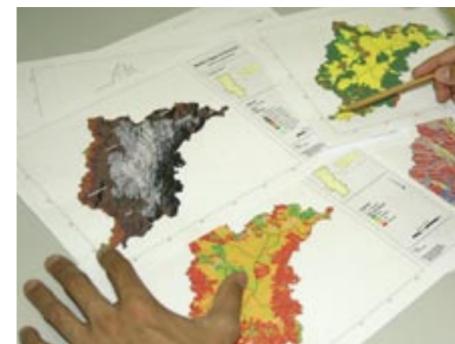
A partir de dois projectos internacionais, liderados pelo departamento de Sistemas de Informação Territorial da Galiza, encontra-se em desenvolvimento uma infra-estrutura de dados espaciais para a Região Norte de Portugal e Galiza. Este processo iniciado com projecto SIGN – Sistema de Informação Geográfico para o Território Rural da Galiza – Norte de Portugal evoluiu para o SIGN II.

Estes projectos, no caso de Portugal, são uma tentativa de concentrar muita da informação que está dispersa pelos diferentes organismos numa única infra-estrutura para que a informação, disponível aos agentes do sector, tenha a quantidade e qualidade necessária para que se tomem as melhores decisões.

Os resultados obtidos remetem para uma ampliação da quantidade e detalhe da informação assim como para a ampliação da base territorial e temática da área de trabalho. Assim este projecto posiciona-se como precursor de uma infra-estrutura de dados transfronteiriça à luz dos objectivos da Directiva Europeia INSPIRE.

Riscos naturais e danos patrimoniais na floresta e no património edificado

Em consequência dos incêndios de 2003 e 2005 colocaram-se novas ques-



tões sobre o ordenamento do território nos interfaces “espaço florestal - zonas urbanas”, assim como os impactos dos incêndios no património edificado e arqueológico dentro das áreas florestais. Este facto motivou a Forestis a participar na rede NOE - Património, prevenção e Riscos Naturais, que conta com a participação da Grécia, Itália e França



e cujo objectivo é determinar o risco de incêndio e os impactos deste no património arqueológico, arquitectónico e natural de alto valor de conservação e a respectiva quantificação de perdas económicas, sociais e ambientais.

Certificação Florestal – Gestão sustentável para maior competitividade

Procurar as melhores soluções de gestão tendo em conta o enquadramento estrutural da floresta do minifúndio foi sempre uma das grandes motivações da Forestis. Em 2003, integramos um projecto com outros parceiros de várias regiões, como são o exemplo da Associação Florestal de Sória (Espanha) e do Centro Regional da Propriedade Florestal de Languedoc Roussillon (França), onde se desenvolveram modelos de gestão florestal sustentável aplicados às características de cada região. A partir dos resultados deste projecto, está em curso o projecto TECNOMED - Criação de Redes e Acções de Cooperação através da Implantação de Novas Tecnologias na Floresta Mediterrânica. Este projecto tem como principal objectivo o desenvolvimento de uma aplicação informática com a finalidade de: permitir apoiar na organização da propriedade, identificação, registo e caracterização; permitir apoiar na implementação de sistemas de cer-

tificação diminuindo a complexidade destes processos.

A Energia da Floresta – diversificação de produto e criação de valor

A biomassa florestal é um sub-produto florestal que vai contribuir para viabilizar o financiamento da gestão florestal e para diversificação de clientes na perspectiva do produtor.

Após uma fase dedicada a estudos de sustentabilidade do recurso florestal e para diversificação de clientes na perspectiva do produtor. A Forestis concentra-se em criar “capacidades” para colocar este sub-produto no mercado. Deste processo faz parte transferência de competências para que as Associações Florestais Sub-regionais possam intervir directamente no mercado da biomassa florestal. Foi com este propósito que a Forestis contratualizou com o agrupamento de empresas – MIESE o abastecimento de biomassa florestal, e a criação de soluções de logística e modelos de negócio que vão contribuir para a estruturação da sub-fleira da biomassa florestal e para a criação de valor no produtor e nas economias rurais.

A identificação e criação de valor de outros produtos (não tradicionais) associados aos espaços florestais, com vista ao aumento da viabilidade económica das explorações florestais e das ZIF é essencial e a Forestis aposta fortemente nesta dimensão. Compete também ao Estado criar os contextos favoráveis para que as Associações e os produtores inovem e tenham oportunidade de serem agentes activos no mercado. Esta mudança é essencial para uma floresta mais autónoma financeiramente e para o equilíbrio entre a oferta e a procura.





Production free from chlorine gas



Environmental management system

By buying products with the FSC label you are supporting the growth of responsible forest management worldwide



DÊ O SEU NOME A UMA ÁRVORE.



FAÇA UMA ESCOLHA MAIS LEVE.

Para ter um papel importante na preservação da natureza, use o novo Navigator Eco-Logical um papel 5 g.m² mais leve. Para além disso, na compra de cada caixa de Navigator Eco-Logical, poderá dar o seu nome ou o de alguém especial a uma das 12 milhões de árvores que criamos por ano. Acompanhe o seu desenvolvimento no nosso site e fortaleça ainda mais a sua relação com o meio ambiente.

www.navigator-paper.com

grupo Portucel Soporcel



FORGEST – Acções de Defesa, Gestão e Associativismo, para uma Floresta Sustentável

FORGEST é um projecto da Forestis, financiado pelo Fundo Florestal Permanente (FFP), e que assenta em 23 sub-projectos de Organizações de Proprietários Florestais Sub-regionais (OPF's) que distribuídas pelo território nacional levam a cabo acções de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), Constituição de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), e Informação e Sensibilização Florestal.

A particularidade deste projecto prende-se com a sua arquitectura organizacional. A Forestis assume a coordenação técnica e financeira dos projectos das suas associadas, reportando ao FFP, o grau de execução material e financeira das acções desenvolvidas.

A complexidade que este conceito de gestão de projecto tem, para a coordenação (Forestis), é suplantada pelas vantagens que produz nos actores que desenvolvem os sub-projectos (OPF) e naquele que os financia (FFP): a partilha de metodologias e de abordagens entre técnicos e organizações, em processos como é o caso da constituição das ZIF, a simplificação dos procedimentos administrativos e de gestão burocrática inerentes aos financiamentos públicos, e o maior rigor e eficiência na aplicação de fundos públicos através da coordenação e monitorização do projecto sediada na Forestis.

Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)

A DFCI tem duas vertentes: campanhas de informação e sensibilização, coordenadas pelo departamento de formação e educação florestal, e acções de gestão de combustíveis executadas pelas OPF's. A formação de técnicos e sapadores no uso do fogo controlado, efectuada pela Forestis, e a importância desta ferramenta para uma eficiente



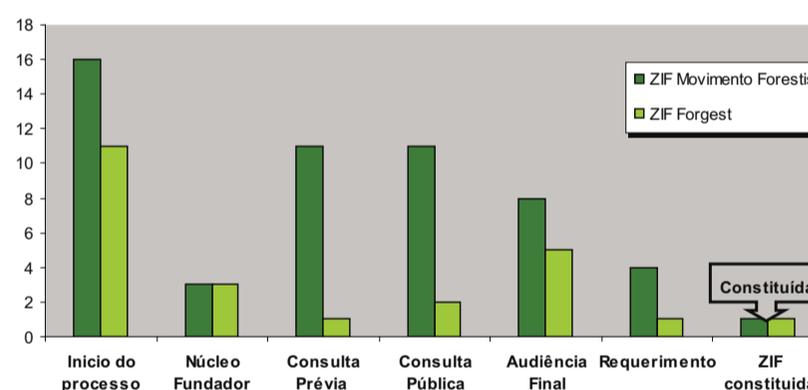
merece a pena referir a dificuldade de dinamizar agrupamento de propriedades em zonas de minifúndio de parcelas muito dispersas, onde não existe cadastro dos prédios rústicos e onde os proprietários obedecem a um perfil sócio-económico difícil de motivar.

Contudo, a participação dos proprietários tem sido elevada e a articulação entre eles e as OPF, nas sessões de discussão das ZIF, tem produzido de propostas interessantes ao nível da organização, planeamento e gestão tanto da ZIF como da entidade gestora integradas nos Instrumentos de Planeamento e de Gestão.

gestão dos combustíveis contribuirão para que neste projecto haja uma forte componente dedicada à elaboração e execução de Planos de Fogo Controlado. Contudo também se tem executado acções limpezas de matos em zonas não elegíveis nos programas florestais e redução de combustível junto a infra-estruturas viárias.

Promoção do Ordenamento e Gestão – As Zonas de Intervenção Florestal e planos de gestão

54 ZIF's em Processo de Constituição



A gestão conjunta é prioridade das associações do movimento forestal daí que ainda antes da portaria que viria a regulamentar as ZIF, a Forestis e as OPF's suas filiadas num movimento de antecipação propuseram-se dinamizar áreas de gestão conjunta no intuito de estas evoluírem para ZIF.

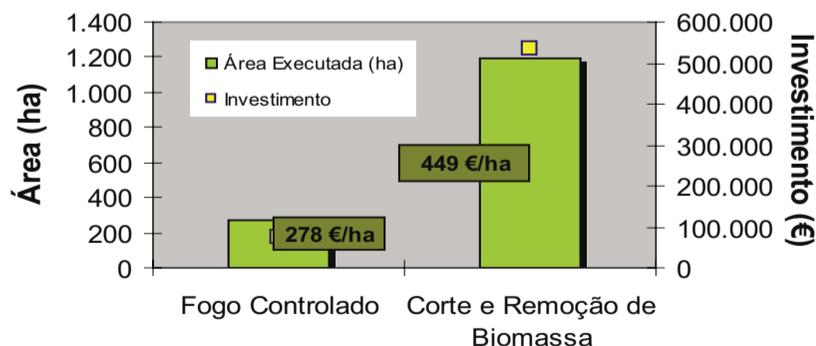
Este objectivo começou a materializar-se com a constituição da 1ª ZIF, no passado mês de Julho e outras se vão seguir num futuro próximo.

No processo de constituição de ZIF

Para além dos excelentes resultados que o FORGEST tem produzido, a Forestis destaca a cooperação entre as Associações e o interesse mútuo que tem pelos projectos de cada uma.

As reuniões de projecto são a expressão maior desses valores pelo debate que geram e pelo intercâmbio de informações de ordem técnica e metodológica entre os membros que resultam invariavelmente em decisões mais sustentadas e eficientes.

Área e Investimentos executados na Silvicultura Preventiva



EM CASO DE INCÊNDIO LIGUE GRÁTIS 112 OU 117



Telf: 251 795 219
E-mail: afvs@clix.pt



Telf: 258 944 103
Site: www.aflima.pt



Telf: 253 218 713
Site: www.afcavado.pt



Telf: 224 631 866
E-mail: portucalea@iol.pt



Telf: 252 400 996
E-mail: asva@sapo.pt



Telf: 255 213 420
E-mail: afvs@clix.pt



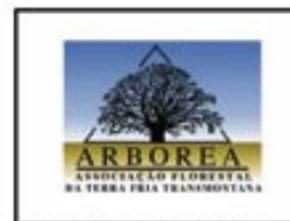
Telf: 256 948 294
E-mail: afedv@afedv.com.pt



Telf: 255 523 556
E-mail: afedt@clix.pt



Telf: 259 578 430
E-mail: aflodounorte@netc.pt



Telf: 273 770 070
Site: www.arborea.pt



Telf: 271 747 450
E-mail: celflor.celorico@gmail.pt



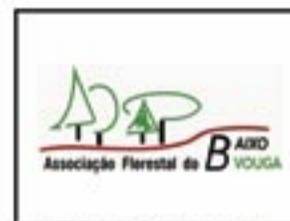
Telf: 276 415 787
E-mail: capolib@mail.telepac.pt



Telf: 278 421 698
E-mail: agriarbol@gmail.com



Telf: 238 498 160
Site: http://urze.org



Telf: 234 524 056
E-mail: af.baixovouga@sapo.pt



Telf: 254 619 440
E-mail: ribaflor@sapo.pt



Telf: 276 326 702
E-mail: http://afacc.planetaclix.pt



Telf: 235 778 828
E-mail: afcegois@sapo.pt



Telf: 236 488 837
E-mail: apflorpg@gmail.com



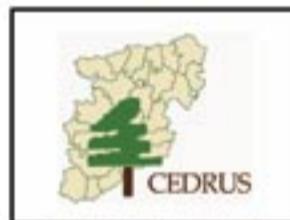
Telf: 276 511 501
E-mail: asflobar@iol.pt



Telf: 272 682 380
Site: http://apfam.home.sapo.pt



Telf: 232 772 018
E-mail: verdelafoes@mail.telepac.pt



Telf: 232 432 559
E-mail: www.cedrusviseu.com



Telf: 259 417 634
E-mail: aguiarfloresta@portugalmail.pt



Telf: 239 991 563
E-mail: aflopinhal@clix.pt



Telf: 244 580 961
E-mail: apfcana@sapo.pt



Telf: 259 417 855
E-mail: afrp@sapo.pt



Telf: 235 770 170
E-mail: copvilanovadoceira@mail.telepac.pt



Telf: 222 073 130
Site: www.forestis.pt



E-mail: forgest@forestis.pt



2005 FOI UM ANO DRAMÁTICO:
8.086 INCÊNDIOS FLORESTAIS
325.226 HA DE ÁREA ARDIDA
525.000.000 € DE PREJUÍZO
16 VIDAS HUMANAS PERDIDAS

IMAGINA-SE A VIVER NUM PORTUGAL ASSIM?
PROTEJA A FLORESTA, DÊ VIDA AO FUTURO.

EM CASO DE INCÊNDIO LIGUE GRÁTIS 112 OU 117



FINANCIADO PELO FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

